



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Casa de Eptácio Pessoa

ATA

ATA DA 4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REMOTA
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA
PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 08 DE ABRIL DE
2020.

Presidência do Senhor Adriano Galdino.

- PRESIDENTE -

Secretários os Senhores Nabor Wanderley, 1º, e João Bosco
Carneiro Júnior, 2º.

Às dez horas do dia oito de abril do ano de dois mil e vinte, a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, participação virtualmente do senhores deputados, Anderson Monteiro, Anísio Maia, Branco Mendes, Buba Germano, Cabo Gilberto Silva, Caio Roberto, Camila Toscano, Chió, Cida Ramos, Cláudio Regis, Delegado Wallber Virgolino, Doda de Tião, Dr. Taciano Diniz, Drª Jane Panta, Drª Paula, Edmilson Soares, Eduardo Carneiro, Estela Bezerra, Felipe Leitão, Genival Matias, Inácio Falcão, Jeová Campos, João Henrique, Jutay Meneses, Lindolfo Pires, Manoel Ludgério, Moacir Rodrigues, Pollyanna Dutra, Raniery Paulino, Ricardo Barbosa, Tião Gomes e Wilson Filho. "Invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano", declarou aberta a presente Sessão Ordinária e determinou ao Senhor 2º Secretário que procedesse à leitura da Ata em Mesa: da 1ª Sessão Extraordinária Remota do dia 23/03/2020, que submetidas à discussão e votação foi aprovada sem restrições. O Senhor Presidente determinou ao Senhor 1º Secretário que procedesse a leitura do Expediente em Mesa de acordo com o Artigo 79º, § 2º, e seus Incisos I, II e III do Regimento Interno. O Senhor Presidente leu edital de convocação da Sessão Extraordinária Remota, Em seguida passou a palavra ao 2º Secretário deputado Nabor Wanderley para a leitura da Ordem Dia.

Discussão e Votação do Item 1 - Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2020 – Aprova estado de calamidade pública nos municípios que especifica: Água Branca, Aguiar, Alagoa Grande, Alagoinha, Araçagi, Arara, Araruna, Areia, Areial, Aroeiras, Assunção, Baia da Traição, Baraúna, Barra de Santa Rosa, Barra de São Miguel, Bayeux, Belém, Belém do Brejo do Cruz, Bernardino Batista, Boa Ventura, Boa Vista, Bom Jesus, Brejo do Cruz, Brejo dos Santos, Caaporã, Cabaceiras, Cachoeira dos Índios, Cacimba de Areia, Cacimbas, Caiçara, Cajazeiras, Cajazeirinhas, Camalaú, Capim, Caraúbas, Carrapateira, Catingueira, Catolé do Rocha, Caturité, Conceição, Condado, Conde, Congo, Cubati, Cuité, Curral de Cima, Curral Velho, Desterro, Duas Estradas, Emas, Esperança, Fagundes, Frei Martinho, Gado Bravo, Guarabira, Gurinhém, Gurjão, Igaracy, Imaculada, Itabaiana, Jacaraú, Jericó, João Pessoa, Joca Claudino, Juazeirinho, Juripiranga, Juru, Lagoa de Dentro, Lagoa Seca, Lagoa, Livramento, Mae d'Água, Malta, Marcação, Marizópolis, Massaranduba, Matinhas, Matureia, Montadas, Monte Horebe, Monteiro, Mulungu, Nazarezinho, Nova Floresta, Nova Olinda, Nova Palmeira, Olho d'Água, Olivedos, Ouro Velho, Parari, Passagem, Paulista, Pedra Branca, Pedra Lavrada, Pedras de Fogo, Piancó, Picuí, Pilar, Pilões, Pilõezinhos, Pirpirituba, Pitimbu, Pocinhos, Poço Dantas, Poço José de Moura, Pombal, Princesa Isabel, Puxinanã, Queimadas, Quixaba, Remígio, Riachão do Poço, Riacho de Santo Antônio, Riacho dos Cavalos, Rio Tinto, Salgadinho, Salgado de São Felix, Santa Cecília, Santa Cruz, Santa Inês, Santa Luzia, Santa Rita, Santa Terezinha, Santana de Mangueira, Santana dos Garrotes, Santo André, São Bentinho, São Bento, São Domingos, São Domingos do Cariri, São Francisco, São João do Tigre, São José da Lagoa Tapada, São José de Caiana, São José de Espinharas, São José de Piranhas, São José de Princesa, São José do Bonfim, São José do Brejo do Cruz, São José do Sabugi, São José dos Cordeiros, São José dos Ramos, São Mamede, São Miguel de Taipu, Sapé, São Sebastião de Lagoa de Roça, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Serra Redonda, Serraria, Sobrado, Solânea, Soledade, Sossego, Sousa, Sumé, Taperoá, Tavares, Uiraúna, Umbuzeiro, Várzea, Vieirópolis, Vista Serrana e Zabelê. O relator Deputado Buba Germano proferiu parecer pela aprovação da matéria legislativa. Em discussão o parecer, a Deputada Estela Bezerra questionou qual o prazo previsto da calamidade pública, qual o nível da calamidade, e quais os planos de ação os municípios tem para combater o Covid-19. A Deputada Dra. Paula evidenciou o desconto de 15% do FPM e falou sobre a dificuldade que terão em equilibrar as contas. A Deputada Jane Panta demonstrou a necessidade de ajuda por parte do Governo Federal. O deputado Lindolfo Pires afirmou que municípios e estado que dependem do recolhimento de impostos para efetuar o pagamento dos seus servidores terão dificuldades para fazê-lo. O Deputado Buba Germano afirmou que o governo assegurou o mínimo de FPE e FPM para os estados e municípios. O deputado Adriano Galdino respondeu que o prazo de calamidade pode durar

até 180 dias. O Deputado Bosco solicitou que seja pedido as prefeituras medidas urgentes em relação a EPIS, segurança alimentar, suporte aos hospitais e unidades de saúde. O Deputado Manoel Ludgério sugeriu que devem exigir dos deputados federais e senadores um plano concreto por parte do governo federal. O Deputado Tião Gomes sugeriu uma questão de ordem onde apenas os contrários nas votações se manifestassem, questão de ordem aprovada por maioria. Em votação o parecer, aprovado por maioria com voto contrário do deputado Cabo Gilberto. Em discussão o projeto, a Deputada Estela Bezerra esclareceu que a calamidade é nível 3 e que o legislativo deve auxiliar os municípios em relação aos planos de ação. A Deputada Dra. Paula sugeriu uma prestação de contas das prefeituras. Em votação o projeto, aprovado por maioria com votos contrários dos deputados Cabo Gilberto e Wallber Virgolino. Discussão e Votação do Item 2 – Projetos de Lei – Votação de todos os requerimentos de Urgência Urgentíssima, aprovados por unanimidade. 1.577/2020 – Do Deputado Felipe Leitão – Dispõe sobre a obrigatoriedade do Governo do Estado de manter a segurança alimentar dos estudantes da Rede Pública Estadual de Ensino quando declarado o Estado de Calamidade Pública com suspensão de aulas nas Escolas Públicas Estaduais. APENSO PLO 1.599/2020 – do Deputado Taciano Diniz – Dispondo sobre o fornecimento da alimentação escolar aos estudantes da rede estadual de ensino em momento de pandemia e paralisação no Estado da Paraíba. O relator Deputado Manoel Ludgério proferiu parecer pela aprovação da matéria. Sem discussão do parecer, em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto, o Deputado Jeová Campos e a Deputada Estela Bezerra parabenizaram o Deputado Felipe Leitão e subscreveram o projeto. O Deputado Taciano Diniz esclareceu que a distribuição será para famílias carentes no período da calamidade. Em votação, o projeto foi aprovado por unanimidade. 1.578/2020 – Deputado Delegado Wallber Virgolino – Dispõe sobre a suspensão dos prazos de validade dos concursos públicos em âmbito estadual, pelo período em que perdurar a situação de anormalidade caracterizada através de Decreto do Chefe do Poder Executivo Estadual como “Estado de Calamidade Pública”. O relator Deputado João Bosco proferiu parecer pela aprovação da matéria com emenda aditiva estendendo a suspensão aos concursos de todos os órgãos públicos do estado da Paraíba. Sem discussão, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto, não havendo quem quisesse discutir, projeto aprovado por unanimidade. 1.587/2020 – Do Deputado Ricardo Barbosa – Dispondo sobre a redução proporcional das mensalidades da rede privada de ensino durante o plano de ação no combate ao novo coronavírus da Secretaria de Estado da Saúde. APENSO PLO 1.598/2020 – do Deputado Adriano Galdino – Dispondo sobre a redução proporcional das mensalidades das instituições da rede privada de ensino infantil, fundamental, médio e superior, bem como das escolas de cursos preparatórios e profissionalizantes, e dá outras providências. O relator Deputado Nabor Wanderley proferiu parecer pela aprovação da matéria. Sem

discussão o parecer foi aprovado por unanimidade. Adiada a discussão e votação do projeto para uma melhor análise da matéria.

2. PROJETOS DE LEIS – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO – 1.580/2020 – DO DEPUTADO WILSON FILHO – Dispõe sobre medidas de proteção à população paraibana enquanto durar o Estado de Calamidade Pública causado pelo COVID-19 (sars-cov-2) no Estado da Paraíba e dá outras providências.

APENSO PLO 1.593/2020 – DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO – Proibindo as empresas de concessão de serviços públicos de água, luz e telefonia de interromper o fornecimento de seus serviços, nas unidades domiciliares cuja renda familiar não ultrapasse o valor de 05 (cinco) salários mínimos, em face de atrasos no pagamento da fatura, na hipótese de decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública, pelo prazo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis ou enquanto durar o referido período de anormalidade, e dá outras providências. O Sr. Presidente designou a Deputada Camila Toscano como relator especial. Relator proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão do parecer, não houve quem fizesse uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão do mérito, o Deputado Wilson Filho defendeu a urgência do projeto, pois com o confinamento muitos não estão em condições de pagar todas as contas, focando somente nas mais necessárias e as demais deixando para serem negociadas após a pandemia. Em seguida o Deputado Jeová Campos se preocupou com a isenção de alguns pagamentos de serviços, explicou que pode se gerar problemas no sentido financeiro das instituições. Em discussão do projeto, não houve quem fizesse uso da palavra. Em votação, projeto de lei aprovado por unanimidade.

1.604/2020 – DO DEPUTADO WILSON FILHO – Estabelecendo diretrizes sanitárias a serem adotadas por estabelecimentos que realizam serviço de entrega (delivery) quando houver decretação de estado de calamidade pública em razão de epidemias, endemias e pandemias no Estado da Paraíba e dá outras providências. O Sr. Presidente designou o Deputado Nabor Wanderley como relator especial. Relator proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão do parecer, não houve quem fizesse uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão do projeto, não houve quem fizesse uso da palavra. Em votação, projeto de lei aprovado por unanimidade.

1.606/2020 - DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - altera e acresce dispositivos na Lei nº 9.316, de 30 de dezembro de 2010, reestruturando a diretoria de tecnologia da informação. O Sr. Presidente designou o Deputado Nabor Wanderley como relator especial. Relator proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão do parecer, não houve quem fizesse uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão do projeto, não houve quem fizesse uso da palavra. Em votação, projeto de lei aprovado por unanimidade.

3. PROJETO DE RESOLUÇÃO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO –212/2020 - DA MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - Autorizando o Poder Legislativo do Estado da Paraíba a

instituir programa de incentivo à doação voluntária de percentual sobre o subsídio dos deputados e funcionários efetivos e comissionados. O Sr. Presidente designou o Deputado Nabor Wanderley como relator especial. Relator proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão do parecer, não houve quem fizesse uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão do projeto, não houve quem fizesse uso da palavra. Em votação, projeto de resolução aprovado por unanimidade. 4. PEDIDOS DE INFORMAÇÃO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO – Foi solicitado pelo Sr. Presidente a votação em bloco, decisão acatada em comum acordo pelos líderes. Em discussão, não houve quem fizesse uso da palavra. Em votação, pedidos de informação constantes no item 4 (quatro) conforme pauta aprovados por unanimidade. 5. INDICAÇÕES – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO – Foi solicitado pelo Sr. presidente a votação em bloco, decisão acatada em comum acordo pelos líderes. Em discussão, não houve quem fizesse uso da palavra. Em votação, projetos de indicação constantes no item 5 (cinco) conforme pauta aprovados por unanimidade. 6. REQUERIMENTOS DE SESSÃO ESPECIAL E AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO – QUÓRUM: MAIORIA SIMPLES: → Foi solicitado pelo Sr. presidente a votação em bloco, decisão acatada em comum acordo pelos líderes. Em discussão, não houve quem fizesse uso da palavra. Em votação, requerimentos constantes no item 6 (seis) conforme pauta aprovados por unanimidade. 7. REQUERIMENTOS – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO - Foi solicitado pelo Sr. Presidente a votação em bloco, decisão acatada em comum acordo pelos líderes. Em discussão, não houve quem fizesse uso da palavra. Em votação, requerimentos constantes no item 7 (sete) conforme pauta aprovados por unanimidade, com exceção dos destacados pelo Deputado Ricardo Barbosa, os requerimentos de nº 8032/2020, nº 8033/2020, nº 8035/2020, nº 8036/2020, nº 8105/2020 e o de nº 8131/2020. Em seguida, não havendo mais matérias a serem apreciadas, o Sr. Presidente encerrou a sessão convocando todos os parlamentares para uma nova sessão extraordinária remota que acontecerá na próxima quarta-feira, dia 15 de abril de 2020 às 10h. Sala das sessões, dia 08 de abril de 2020.

DEP. ADRIANO GALDINO
Dep. Estadual

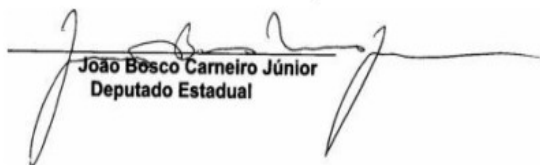


Presidente



Nabor Wanderley
Deputado Estadual

1º Secretário



João Bosco Carneiro Júnior
Deputado Estadual

2º Secretário